



22 de março

Dia Mundial da Água

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS REALIZA A 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A reunião será às 14h pela Plataforma Teams,
link: <https://bit.ly/3JAPUjW>.

51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNRH

22/03/22


*Conselheiro e Conselheira, titular e suplente,
favor registrar a presença no chat, caso tenha
acesso. Indicando nome e instituição que
representa.*

Bem-vindos!

PAUTA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNRH

Abertura.

1. Deliberar sobre a proposta de Resolução CNRH que "Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040 e dá outras providências", encaminhada pela Câmara Técnica do Planejamento e Articulação. Processo 59000.003311/2022-97.
2. Deliberar sobre a proposta de Resolução CNRH que "Estabelece diretrizes para fiscalização de segurança barragens de acumulação de água para usos múltiplos", encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens - CTSB/CNRH. Processo 59000.018678/2020-43.
3. Deliberar sobre proposta de Resolução CNRH que "Declara a revogação expressa das normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas". Encaminhada pela Secretaria-Executiva do CNRH. Processo 59000.023529/2021-87.
4. Assuntos Gerais e Encerramento.



Item 2. Proposta de Resolução CNRH que
“Declara a revogação expressa das normas
consideradas implicitamente revogadas ou cuja
eficácia ou validade encontram-se prejudicadas.

DETERMINAÇÃO LEGAL

➤ **Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019** - Dispõe sobre a revisão e a consolidação de atos normativos inferiores a decreto (alterado pelos Decretos nºs 10.310/2020, 10.437/2020 e 10.776/2021)

- **Art. 1º** determina a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tendo como **objeto e âmbito de aplicação** portarias, resoluções, instruções normativas, ofícios e avisos, orientações normativas, diretrizes, recomendações, despachos de aprovação e qualquer outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo.
- No caso das deliberações do CNRH, o Decreto nº 10.139/2019 **aplica-se diretamente a Resoluções do Conselho e não se aplica a Moções**, visto que abordam recomendações ou diretrizes cujo não atendimento não implica aos destinatários consequências jurídicas, efetivas ou potenciais.

Data final para publicação dos atos revisados e consolidados - **31 de março de 2022**, conforme o [Decreto nº 10.776, de 24 de agosto de 2021](#).

Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019

(...)

Conteúdo da revisão de atos

Art. 7º A revisão de atos resultará:

I - na revogação expressa do ato;

II - na revisão e na edição de ato consolidado sobre a matéria com revogação expressa dos atos anteriores; ou

III - na conclusão quanto ao atendimento pelo ato vigente das regras de consolidação e do disposto no parágrafo único do art. 13.

§ 1º A consolidação a que se refere o inciso II do caput consistirá na reunião dos atos normativos sobre determinada matéria em diploma legal único, com a revogação expressa dos atos normativos incorporadas à consolidação.

§ 2º A denominação diversa dos atos normativos sobre a mesma matéria não afasta a obrigação de sua consolidação em um único ato.

Revogação expressa de atos

Art. 8º É obrigatória a revogação expressa de normas:

I - já revogadas tacitamente;

II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo; e

III - vigentes, cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado.

CONSULTORIA

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - PCT BRA/IICA/14/004

CNRH: análise e sistematização das deliberações atuais e de propostas em discussão, identificando conflitos e modificações necessárias, e de proposições legislativas relativas às Políticas Nacionais de Recursos Hídricos, de Segurança de Barragens e de Saneamento Básico, levantamento e análise de padrões da administração pública para compilação e disponibilização pública na internet de normativos, proposição de resoluções estratégicas no contexto do novo PNRH 2022-2040 e de sistema de gestão da informação

PRODUTO 01

RESUMO DA MATRIZ DE ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DE RESOLUÇÕES

| Temática | Situação da Resolução | | Total de Resoluções | Abrangência- Aplicabilidade | | | | Resolução é estratégica nacional para a GIRH? | | | Perda de objeto | | | Sugestão | | |
|-------------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------|-----------------------------|-----------------------------------------------------------------------|---------|---------------|-----------------------------------------------|-----|---------------|-----------------|--------------------|----------------|------------------------------|---------|---------|
| | | | | | | | | | | | Total | Motivo | | | | |
| | Vigente | Revogada explicitamente | | Nacional | Totalidade da Bacia Hidrográfica (Corpos de água federal e estaduais) | Federal | Não se aplica | Sim | Não | Não se aplica | | Decreto e RI novos | Cumpriu função | Revogar | Revisar | Mantido |
| CNRH - RI - CT Administrativa | 44 | 27 | 71 | 0 | 0 | 0 | 43 | 1 | 0 | 70 | 38 | 33 | 5 | 38 | 0 | 6 |
| SECEX | 11 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 | 0 | 11 | 11 | 0 | 11 | 11 | 0 | 0 |
| PNRH | 11 | 0 | 11 | 11 | 11 | 11 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 |
| Comitê | 26 | 0 | 26 | 0 | 3 | 21 | 2 | 3 | 21 | 2 | 12 | 0 | 12 | 12 | 4 | 10 |
| Agência/ED | 17 | 3 | 20 | 0 | 12 | 8 | 0 | 12 | 8 | 0 | 2 | 0 | 2 | 2 | 0 | 15 |
| Cadastro | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Outorga | 13 | 0 | 13 | 9 | 9 | 13 | 0 | 6 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 10 |
| Cobrança | 39 | 1 | 40 | 16 | 17 | 39 | 0 | 5 | 34 | 1 | 9 | 0 | 9 | 9 | 1 | 29 |
| Plano | 6 | 1 | 7 | 5 | 5 | 6 | 0 | 5 | 2 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| Enquadramento | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Sistema de Informações | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Águas subterrâneas | 7 | 0 | 7 | 7 | 7 | 7 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Segurança de Barragens | 3 | 1 | 4 | 3 | 3 | 3 | 0 | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Outras | 8 | 0 | 8 | 7 | 7 | 7 | 1 | 7 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 6 |
| Total | 188 | 34 | 222 | | | | | 61 | 74 | 87 | 73 | 34 | 39 | 73 | 12 | 103 |
| | | | | | | | | Total de 222 Resoluções | | | | | | 188 Resoluções vigentes | | |
| | | | | | | | | | | | | | | Mais 34 Resoluções revogadas | | |
| | | | | | | | | | | | | | | Total de 222 Resoluções | | |

PRODUTO 02

SISTEMATIZAÇÃO FINAL DOS ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS

| SISTEMATIZAÇÃO FINAL | | | | PLANO A (Aplicação imediata com foco na Revogação) | | | | PLANO B (Aplicação a curto prazo considerando Revogação, Manutenção, Revisão e Consolidação) | | | | | |
|--------------------------------|----------|-------------------------|-------|-------------------------------------------------------|------------|---------|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---------|--------------|----------------------------|-------|
| Temática | Situação | | | Revogação | Manutenção | Revisão | Consolidação | Revogação | Manutenção | Revisão | Consolidação | Nova Resolução consolidada | TOTAL |
| | Vigente | Revogada explicitamente | Total | | | | | | | | | | |
| CNRH-RI-CT ADMINISTRATIVA | 44 | 27 | 71 | 38 | 06 | 0 | 0 | 38 | 06 | 0 | 0 | 0 | 06 |
| SECEX | 11 | 0 | 11 | 11 | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PNRH | 11 | 0 | 11 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 01 | 01 |
| COMITÊ | 26 | 0 | 26 | 12 | 10 | 04 | 0 | 22 | 0 | 04 | 0 | 01 | 01 |
| AGÊNCIA/ED | 17 | 03 | 20 | 02 | 15 | 0 | 0 | 02 | 01 | 0 | 14 | 04 | 05 |
| CADASTRO | 01 | 0 | 01 | 0 | 0 | 01 | 0 | 0 | 0 | 01 | 0 | 0 | 01 |
| OUTORGA | 13 | 0 | 13 | 0 | 10 | 03 | 0 | 0 | 10 | 03 | 0 | 0 | 13 |
| COBRANÇA | 39 | 01 | 40 | 09 | 26 | 01 | 03 | 09 | 04 | 01 | 25 | 06 | 11 |
| PLANO | 06 | 01 | 07 | 01 | 04 | 01 | 0 | 01 | 04 | 01 | 0 | 0 | 05 |
| ENQUADRAMENTO | 01 | 01 | 02 | 0 | 0 | 01 | 0 | 0 | 0 | 01 | 0 | 0 | 01 |
| SISTEMA DE INFORMAÇÕES | 01 | 0 | 01 | 0 | 0 | 01 | 0 | 0 | 0 | 01 | 0 | 0 | 01 |
| ÁGUAS SUBTERRÂNEAS | 07 | 0 | 07 | 0 | 0 | 07 | 0 | 0 | 0 | 0 | 07 | 01 | 01 |
| SEGURANÇA DE BARRAGENS | 03 | 01 | 04 | 0 | 0 | 03 | 0 | 0 | 0 | 03 | 0 | 01 | 02 |
| OUTRAS: COD./DIV. HIDROGRÁFICA | 02 | 0 | 02 | 0 | 02 | 0 | 0 | 0 | 02 | 0 | 0 | 0 | 02 |
| OUTRAS: PISF | 01 | 0 | 01 | 0 | 01 | 0 | 0 | 0 | 01 | 0 | 0 | 0 | 01 |
| OUTRAS: REUSO | 02 | 0 | 02 | 0 | 02 | 0 | 0 | 0 | 0 | 02 | 0 | 0 | 01 |
| OUTRAS: EDUCAÇÃO E MOB. | 02 | 0 | 02 | 0 | 02 | 0 | 0 | 0 | 02 | 0 | 0 | 0 | 02 |
| OUTRAS: PLANSAB | 01 | 0 | 01 | 0 | 01 | 0 | 0 | 0 | 01 | 0 | 0 | 0 | 01 |
| TOTAL | 188 | 34 | 222 | 73 | 90 | 22 | 03 | 83 | 31 | 17 | 57 | 14 | 55 |
| | | | | 188 Resoluções | | | | 188 Resoluções | | | | | |

Minuta de revogação Plano A (aplicação imediata com foco na revogação)

RESOLUÇÃO-CNRH-Nº.....DE-XXX.....DE-2021

Declaro a revogação expressa das normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas, nos termos do inciso I, do § 3º, do art. 14 da Lei Complementar nº 95, de 1998, e dos artigos 45 a 51 do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, bem como do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, pela Resolução-CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020, e de acordo com o inciso I, do § 3º, do art. 14 da Lei Complementar nº 95, de 1998, os artigos 45 a 51 do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, bem como com o art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, torna público que, em sua XXXXXXXX Reunião Ordinária, realizada em XXXXXXXX, com base nos elementos constantes do Processo XXXXXXXX, resolve:

Art. 1º Esta Resolução revoga expressamente as normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas

Art. 2º Ficam expressamente revogadas as seguintes normas:

I. Resolução nº 1, de 5 de novembro de 1998, que define o cronograma e a metodologia para o processo de alteração do Regimento Interno do CNRH em 1998;

II. Resolução nº 2, de 5 de novembro de 1999, que define o calendário de reuniões ordinárias e extraordinárias do CNRH para o ano de 1999;

III. Resolução nº 3, de 10 de junho de 1999, que institui Grupo de Trabalho que tem por objetivo elaborar propostas de criação de Câmaras Técnicas Permanentes e Provisórias;

IV. Resolução nº 4, de 10 de junho de 1999, que institui, em caráter de urgência, as Câmaras Técnicas Permanentes do Plano Nacional de Recursos Hídricos e a de Assuntos Legais e Institucionais;

V. Resolução nº 6, de 21 de junho de 2000, que altera a redação do Art. 3º e Art. 4º da Resolução nº 3;

Nota Técnica nº 49/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR

No produto 2 o consultor apresentou uma **proposta de Resolução** contendo a revogação imediata de 73 resoluções.

Atualmente a proposta de resolução conta com 77 resoluções a serem revogadas, acrescidas as resoluções nº 110, 119, 131 e 219. Esses quatro normativos se referem à Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Grande, que efetivou o processo de [posse dos membros desse colegiado](#), em 10 de novembro de 2021.

A Coordenação está de acordo com a recomendação apresentada pela Consultoria de seguir o PLANO A, ou seja, aplicação imediata com foco na Revogação.

Solicita manifestação da Consultoria Jurídica junto ao MDR acerca da proposta de revogação dos atos normativos.

Em especial aquelas que dizem respeito a aprovação das propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográficas (Resoluções CNRH nº 84, 88, 104, 110 e 120), podem prejudicar de alguma forma os decretos que criam os referidos comitês.

PARECER n. 00714/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU

III. CONCLUSÃO

“

41. **Ante o exposto**, examinando-se exclusivamente os aspectos jurídico-formais, e destacando-se o caráter meramente opinativo deste Parecer, entende-se pela viabilidade jurídica da minuta de Resolução sob análise, desde que cumpridas as recomendações expostas nos itens **34, 38 e 39**, desta peça.

34. Nesse sentido, a não ser que exista algum outro fundamento para a revogação das resoluções constantes do item 25 desta peça, entendemos, s.m.j., não haver motivo para que as mesmas sejam revogadas, em que pese também entendermos que a revogação das mesmas não afetariam a vigência dos decretos a que fazem alusão. Forte, ainda, nos princípios da transparência e fundamentação dos atos administrativos, sugerimos que as mesmas não sejam revogadas.

38. Nada obstante, além das sugestões constantes nesta peça, notadamente, no item 34, cumpre observar que, quanto ao aspecto formal, a minuta apresentada não se encontra dentro dos parâmetros necessários, devendo, pois, a área técnica observar tais parâmetros, inclusive relacionados à gramática, pontuação e formatação do texto.

39. Cumpre observar, ademais, que o parecer de mérito (no caso Nota Técnica) deve, nos termos do art. 32, do decreto suso transcrito, conter, dentre outras, as informações relacionadas a eventual impacto financeiro da norma proposta, ou declaração negativa, sobre tal impacto.”

Nota Técnica nº 2/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR

Apresenta a Adequação da proposta de Resolução do CNRH que revoga expressamente as normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontra-se prejudicada, para atender as recomendações da Consultoria Jurídica junto ao MDR, constantes do parecer n. 00714/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU.

- ✓ foram cumpridas as recomendações expostas nos itens 34, 38 e 39, do parecer jurídico.

**Matéria foi apresentada na 13ª
Reunião da CTAL, que aprovou a
proposta de resolução com ajustes.**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

PROPOSTA

RESOLUÇÃO Nº XXX, DE XX DE XXXX DE 2022

Declara a revogação expressa das normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela [Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), pela [Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000](#), pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, pelo [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), e pelo seu Regimento Interno, e de acordo com o inciso I, do § 3º, do art. 14 da Lei Complementar nº 95, de 1998, os artigos 45 a 51 do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, bem como com o art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, com base nos elementos constantes do Processo SEI MDR 59000.023529/2021-87 resolve:

Art. 1º Revogar, expressamente, as seguintes resoluções consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontra-se prejudicada:

I - Resolução nº 1, de 5 de novembro de 1998, que define o cronograma e a metodologia para o processo de alteração do Regimento Interno do CNRH em 1998;

II - Resolução nº 2, de 5 de novembro de 1999, que define o calendário de reuniões ordinárias e extraordinárias do CNRH para o ano de 1999;

III - Resolução nº 3, de 10 de junho de 1999, que institui Grupo de Trabalho que tem por objetivo elaborar propostas de criação de Câmaras Técnicas Permanentes e Provisórias;

IV - Resolução nº 4, de 10 de junho de 1999, que institui, em caráter de urgência, as Câmaras Técnicas Permanentes do Plano Nacional de Recursos Hídricos e a de Assuntos Legais e Institucionais;

V - Resolução nº 6, de 21 de junho de 2000, que altera a redação do Art. 3º e Art. 4º da Resolução nº 3;

VI - Resolução nº 7, de 21 de junho de 2000, que institui a Câmara Técnica Permanente de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras;



ASSUNTOS GERAIS

Informe – Questionário PL 4.546/21

A estruturação do formulário favorece a sistematização das contribuições recebidas, agilizando a sua compilação por critérios distintos possibilitando atender facilmente as demandas do CNRH, suas Câmaras Técnicas ou Representações Setoriais.

Link de acesso: https://pt.surveymonkey.com/r/CNRH_PL4546

- O questionário permite o envio de respostas particionadas.
- No entanto, é importante que a identificação seja preenchida a cada acesso.
- Preenchida a identificação basta escolher a opção ***não*** para **ignorar** as questões em que:
 - A)** não se deseje comentar;
 - B)** já se tenha comentado;
 - C)** se queira comentar posteriormente


Contribuições à Discussão sobre o Projeto de Lei n. 4.546/2021 no âmbito do CNRH

1. Identificação

As informações pessoais são requeridas para fins de sistematização das contribuições, permitindo assim ao próprio Conselho Nacional de Recursos Hídricos e suas Câmaras Técnicas avaliá-las e discutí-las.

As informações que identificam o respondente serão de amplo domínio. No entanto, os dados de contato serão protegidos e não compartilhados com terceiros, sendo necessários para eventuais esclarecimentos à Secretaria Executiva do CNRH.


Ao participar da coleta de contribuições à discussão, por meio do preenchimento desse formulário, você concorda com os termos acima.

* 1. Qual é a sua relação com o CNRH ? 

- ☐ Conselheiro Titular
- ☐ Conselheiro Suplente
- ☐ Membro de Câmara Técnica
- ☐ Participante de outros entes do SINGREH
- ☐ Cidadão interessado, sem relação direta com o CNRH ou suas Câmaras Técnicas e sem atuação direta no SINGREH
- ☐ Outro (especifique)

* 2. Setor a que pertence ou com o qual melhor se identifica 

- ☐ Governo Federal
- ☐ Conselhos Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos
- ☐ Sociedade Civil - Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa
- ☐ Sociedade Civil - Organizações Não Governamentais
- ☐ Sociedade Civil - Comitês de Bacias Hidrográficas
- ☐ Usuários - Indústria
- ☐ Usuários - Geradoras de Energia
- ☐ Usuários - Prestadoras de Serviços de Saneamento
- ☐ Usuários - Irrigantes
- ☐ Usuários - Lazer, Pesca e Turismo

* 3. Nome completo ou Nome social (Decreto Presidencial
Nº 8.727/2016) 


Contribuições à Discussão sobre o Projeto de Lei n. 4.546/2021 no âmbito do CNRH

3. Capítulo I - Disposições Preliminares

Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos. Determina a quem se aplica essa legislação e aponta as definições dos termos utilizados no texto legal.

* 9.

Capítulo I

Você tem Comentários sobre o Capítulo I? 



☒ sim

☐ não

6%

Anter.


Próx.


Contribuições à Discussão sobre o Projeto de Lei n. 4.546/2021 no âmbito do CNRH

4. Capítulo I - Disposições Preliminares

Por gentileza, preencha os campos referentes aos artigos sobre os quais tenha considerações a fazer, deixando em branco os demais.

Ao finalizar, prossiga para a próxima página.

10. Deixe aqui a sua Contribuição sobre o Artigo 1º 

11. Deixe aqui a sua Contribuição sobre o Artigo 2º. 



Anter.

Próx.

Contribuições à Discussão sobre o Projeto de Lei n. 4.546/2021 no âmbito do CNRH

19. Capítulo VI - Das Disposições Finais e Transitórias

O **Capítulo VI do PL 4.546** **recepção** as alterações propostas no texto da Lei 9.433/2000.

Assim, essa página é destinada às contribuições gerais sobre os Artigos 48 a 53 da proposta legislativa.


No intuito de possibilitar as reflexões mais aprofundadas sobre o teor do Capítulo VI, a Secretaria Executiva do CNRH incluiu a seguir o detalhamento desses mesmos artigos, de forma a facilitar a leitura e análise dos respondentes sobre as alterações propostas para a Lei das Águas.


Por gentileza, preencha nessa página os campos referentes aos artigos sobre os quais tenha considerações a fazer, e **caso deseje, prossiga para as páginas seguintes** em que se apresenta o **detalhamento das alterações propostas**, trazendo:

O **texto original da Lei 9.433** será apresentado em **AZUL**.

As **inclusões trazidas pelo PL 4.546** em **LARANJA**.

As **exclusões ou revogações** serão **tachadas**.

28. Deixe aqui a sua Contribuição sobre o Artigo 48 

29. Deixe aqui a sua Contribuição sobre o Artigo 49 

Contribuições à Discussão sobre o Projeto de Lei n. 4.546/2021 no âmbito do CNRH

20. PL 4.546/2021 - Capítulo VI - Art. 48

Art. 48. A Lei nº 9.433, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

I - os Planos de Recursos Hídricos;

II - o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água;


III - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;

IV - a cobrança pelo uso de recursos hídricos;

V - a compensação a municípios;

VI - o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos; e

VII - a cessão onerosa de direito de uso de recursos hídricos.

34. Deixe aqui a sua Contribuição sobre esse ponto do Artigo 48 



Anter.

Próx.

Contribuições à Discussão sobre o Projeto de Lei n. 4.546/2021 no âmbito do CNRH

21. PL 4.546/2021 - Capítulo VI - Art. 48

Art. 48. A Lei nº 9.433, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

SEÇÃO III

DA OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Art.13 Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso.

~~Parágrafo único. A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.~~

§ 1º A outorga de que trata o caput deverá preservar o uso múltiplo dos recursos hídricos.

§ 2º A entidade outorgante de uso de recursos hídricos encaminhará ao prestador de serviços hídricos a relação de usuários detentores de outorgas que englobem benefícios decorrentes da prestação do serviço hídrico.

35. Deixe aqui a sua Contribuição sobre esse ponto do Artigo 48



Anter.

Próx.



Obrigada!

Secretaria Executiva do CNRH

- <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh>